



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

GABINETE DO CONSELHEIRO INTERINO

Luiz Carlos Pereira

Telefone: (65) 3613-7546 / 3613-7577

e-mail: gab.luizcarlos@tce.mt.gov.br

PROCESSO 12.480-0/2017

ASSUNTO **MONITORAMENTO – TAG referente ao Contrato nº 49/2012/SECOPA**

RESPONSÁVEIS **GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID
CONTROLADORIA DO ESTADO DE MATO GROSSO
CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI LTDA

RELATOR **CONSELHEIRO INTERINO LUIZ CARLOS PEREIRA**

DECISÃO

Sobrevém aos autos deste Processo de Monitoramento do Termo de Ajustamento de Gestão, relativo ao Contrato 49/2012/SECOPA, celebrado entre este Tribunal e a Secretaria de Estado das Cidades de Mato Grosso, Relatório Técnico de Defesa emitido pela SECEX de Obras e Serviços de Engenharia deste Tribunal, sugerindo:

- a) o envio destes autos ao Ministério Público de Contas - MPC para emissão de parecer, conforme estabelece o art. 238-A, § 2º do Regimento Interno do Tribunal de Contas que determina a participação do MPC em todas as fases do procedimento administrativo de celebração do TAG;
- b) o indeferimento da solicitação de aditamento do Termo de Ajustamento de Gestão – TAG atinente ao Contrato nº. 49/2012/SECOPA feita pelo Sr. WILSON PEREIRA DOS SANTOS, Secretário de Estado das Cidades, por meio do Ofício nº. 907/GAB/2017 – CIDADES, datado de 10.07.2017, à luz do Processo Administrativo nº. 294828/2017, uma vez que a obra está concluída, é custeada com recursos federais e não se constata ato impugnado pelo Tribunal passível de ajustamento.
- c) a anulação do Termo de Ajustamento de Gestão – TAG celebrado em face do Contrato nº. 49/2012/SECOPA, em observância ao art. 71, inciso VI da Constituição Federal;
- d) a extinção do processo de monitoramento sem deliberação quanto ao mérito.

É o relatório.

Decido.





Considerando que a manifestação da Equipe Técnica, em seu Relatório Técnico de Defesa, limitou-se à análise da questão preliminar atinente à alegada incompetência de julgamento por esta Corte de Contas, em razão da existência de recursos de origem federal, **DETERMINO** o retorno dos autos à Secretaria de Controle Externo de Obras e Serviços de Engenharia para que, alternativamente à sua manifestação preliminar, analise e se manifeste tecnicamente quanto ao mérito de cumprimento ou não do TAG celebrado.

Gabinete do Relator, Cuiabá-MT, 02 de maio de 2018.

LUIZ CARLOS PEREIRA¹

Conselheiro Interino

(Portaria 009/2017, DOC TCE/MT de 24/01/2017)

¹ Documento assinado por assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006

